BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n° 9.394/96, Brasil, 1996
CHARMEUX, Eveline. Aprender a ler: vencendo o fracasso. São Paulo: Cortez, 2000.
CODEMARIN, Mabel; ALEJANDRA, Viviane. Oficina da Linguagem.
Cidade: Moderna, 1999.
COELHO, Nelly Novaes. Literatura infantil, teoria, análise, didática. 1ª ed. – São Paulo. Moderna, 2000.
FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Miniaurélio: o minidicionário da língua portuguesa. 6. Ed. Curitiba: Poli
FONSECA, Vitor da. Introdução às dificuldades de aprendizagem.
Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1998b. (Coleção Leitura).
MARICATO, Adriana. O prazer da leitura se ensina. Criança. Brasília. s/v, n. 40, p. 18-26, set.2005;
1994
MARTINS, Maria Helena. O que é leitura. 9. Ed. São Paulo: Brasiliense,Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministérioda Educação e do Desporto, Secretária de Educação Fundamental – Brasília: MEC/SEF, 1998;
REZENDE, Vânia Maria. Literatura Infantil e Juvenil. Vivências de leitura e expressão criadora. Rio de Janeiro, 1993.
UNIP, Universidade Paulista. Apostila – Pedagogia – Estrutura e organização da escola de Educação Infantil, Práticas e Projetos.
VYGOTSKY, L. S. Pensamento e Linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 1996
ZILBERMAN, Regina. A leitura no Brasil: sua história e suas instituições. Disponível e m : < HTTP://www.unicamp.br/iel/memoria/ensaios/Regina.html>. Acesso em: Agosto de 2012.
YUNES, Eliana; PONDÉ, Glória. Leituras e leituras da literatura infantil.
São Paulo: FTD, 1988.

EDUCAÇÃO EM FOCO: AVALIAÇÕES E APRENDIZAGENS

ANA PAULA AMORIM ACUYO DE MELLO TAVARES

RESUMO
Este artigo discute criticamente o sistema de avaliação adotado pelas instituições de ensino brasileiras, e explora papel da avaliação como ferramenta de inclusão e exclusão na sociedade. Este trabalho é de grande significado prático, pois ajuda a refletir sobre instituições escolares na construção de uma sociedade mais justa e democrática; mas também propõe algumas mudanças feitas pelos educadores para fazer as mudanças necessárias para educação de qualidade, tornar-se cidadãos críticos e conscientes de seu papel na sociedade, transformando seu sujeito real. Por meio da revisão bibliográfica o artigo se amparou na importância da educação para a construção de um país mais justo, na crença de que quando crianças e jovens recebem um aceno de cabeça e ficam onde pensam que estão completos, podem criar mundo melhor.
PALAVRAS-CHAVE: Aprendizagem; Avaliação; Educação Fundamental.

1. INTRODUÇÃO

A avaliação da aprendizagem é um assunto polêmico nas escolas. Um dos principais motivos da polêmica é a persistência da velha forma de avaliação, que não mais atendem à diversidade cultural, e com a universalização do acesso à escola, essa diversidade começou a aparecer.

Assim, pretende-se promover a reflexão sobre o sistema de avaliação adotado pelas instituições de ensino, para que os educadores rever antigas práticas de avaliação de forma a estabelecer uma avaliação coerente, ajudando crianças e jovens a se tornarem cidadãos confiantes e de seus temas históricos, porque os Educandos se sentem confiantes e capazes de superar os desafios que encontrarão na estrada.

Em uma discussão crítica do sistema de avaliação adotado pelas instituições de ensino brasileiras, explorarmos o papel da avaliação como ferramenta de inclusão e exclusão na sociedade.

Procuramos discutir as questões mais recentes relacionadas à avaliação da aprendizagem escolar e explorar o quanto a coerência a avaliação enfatiza inclusão e exclusão pode promover a democratização efetiva do acesso e persistência de crianças e jovens brasileiros ao espaço escolar.

A avaliação é considerada uma ferramenta importante para fornecer dados ao professor para que possa planejar e redesenhar seu desempenho docente para melhorar o desempenho docente, tornando seus alunos mais bem-sucedidos na aprendizagem. Por isso a avaliação e o planejamento são indissociáveis, a diferença está na divisão de objeti-

vos, conteúdos e estratégias de ensino.

A avaliação é entendida como saber em que nível e estágio o aluno respeita o ritmo e fornece o estímulo necessário para o desenvolvimento de cada ritmo.

Portanto, utilizamos a visão geral bibliográfica em livros, artigos, periódicos e na Internet como método de apoio à pesquisa.

Começamos discutindo os tipos de avaliação e, em seguida, enfatizamos uma análise da avaliação escolar no ensino fundamental para mostrar os resultados das pesquisas e discussões.

2. TIPOS DE AVALIAÇÃO

Veremos neste item os tipos de avaliações e sua importância.

2.1 AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA

A avaliação diagnóstica tem a função de realizar um levantamento dos conhecimentos do educando em determinados períodos de tempo para (re) organizar os processos didáticos e as intervenções pedagógicas.

É estruturado em torno de um esquema pré-determinado (conteúdos e competências pré-definidos no Plano de Ensino e, consequentemente, no Currículo Oficial), ou seja, antes de ensinar, o professor tenta investigar o que o aluno já sabe ou é capaz de fazer.

A análise dos resultados desta avaliação permite adaptar os programas de ensino às reais necessidades de aprendizagem dos alunos.

Avaliações diagnósticas devem ser aplicadas periodicamente, no processo, para verificar se as ações e intervenções pedagógicas desenvolvidas estão gerando os resultados de aprendizagem esperados.

2.2 AVALIAÇÃO FORMATIVA

A avaliação formativa é o processo de ensino e aprendizagem.

Através da construção e aplicação de instrumentos, da análise dos dados obtidos e da síntese dos resultados, a avaliação formativa permite ao professor redefinir o processo de ensino e aprendizagem acompanhando o desenvolvimento dos alunos.

Trata-se de um diálogo sobre o processo de ensino e aprendizagem: enquanto o professor busca articular e detalhar suas expectativas de aprendizagem em relação às competências e conteúdos da escola, os alunos fazem uma análise e uma reflexão sobre o que de fato conseguiram aprender e por quê está acontecendo.

Em última análise, ambos identificam a necessidade de ajustes nos processos e se esforçam para corrigir o caminho.

2.3 AVALIAÇÃO SOMATIVA

A avaliação somativa é um método de avaliação que representa uma síntese dos resultados das avaliações ou dos resultados finais, e que deve ser representativo da aprendizagem ocorrida em relação à aprendizagem esperada em um determinado período de tempo (ano, série , bimestral, ciclo).

Sua principal função é localizar e classificar o aluno ao final de um processo, considerando o ponto de partida, o caminho percorrido e o ponto final do aprendizado.

Geralmente tem a função administrativa de registrar o desempenho acadêmico do aluno.

2.4 AVALIAÇÃO INTERNA

Avaliação interna é a avaliação que os professores realizam sistematicamente em sala de aula ao longo do processo de ensino e aprendizagem, ou seja, a avaliação do professor para verificar o progresso do aluno em relação às expectativas de aprendizagem previstas no currículo oficial.

Os professores podem usar uma variedade de ferramentas para conduzir essas avaliações, desde que seus resultados forneçam informações para determinar se o conhecimento (conteúdo/habilidade) está realmente se consolidando no tempo alocado.

Os resultados deste tipo de avaliação indicam caminhos para acompanhar a reflexão das práticas pedagógicas que se aplicam particularmente à aprendizagem de cada aluno. A avaliação interna assume assim o papel de avaliação diagnóstica, formativa e, no final do processo, somativa.

2.5 AVALIAÇÃO EXTERNA

A avaliação externa, como o nome sugere, supera

a realizada em sala de aula. É também conhecida como avaliação sistemática e visa garantir a todos os alunos o princípio do direito à educação de qualidade.

Os resultados fornecem indicadores para os sistemas e escolas participantes no desenvolvimento de recursos pedagógicos e administrativos voltados para a correção de preconceitos, superação de desafios e melhoria do ensino.

São exemplos: Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb), Avaliação Nacional do Desempenho Escolar (Anresc) e Sistema de Avaliação do Desempenho Escolar do Estado de São Paulo (Saresp).

Essas avaliações utilizam ferramentas específicas e análises padronizadas para garantir que seus resultados sejam confiáveis e comparáveis ao longo do tempo, permitindo que os gestores implementem políticas públicas e unidades escolares um retrato de seu desempenho.

2.6 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM EM PROCESSO

A Avaliação da Aprendizagem Contínua (AAP) tem caráter puramente diagnóstico e é proposta pelo Ministério da Educação do Estado de São Paulo. Foi criado em

2012 e utilizado no início de cada semestre para identificar necessidades e prioridades para o processo de ensino e aprendizagem na escola.

Desde agosto de 2015, esse “teste” diagnóstico padronizado é utilizado a cada dois meses para a rede estadual de São Paulo. Os resultados, que eram reservados exclusivamente para a escola e sua respectiva gestão educacional, são transmitidos ao Ministério da Educação do Estado de São Paulo.

As propostas de AAP são ferramentas investigativas para os alunos aprenderem sobre suas competências e habilidades.

O material destina-se a subsidiar o acompanhamento do processo de ensino e aprendizagem, contribuir para a elaboração e implementação de planos que apoiem o professor no desenvolvimento do currículo oficial e visem o andamento da aprendizagem ainda não consolidada.

2.7 UMA ANÁLISE SOBRE A AVALIAÇÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO BÁSICA

A avaliação só faz sentido dentro da política educacional quando não é usada como uma forma de controle ou pragmática

Como diz Luckesi (2011, p. 28), “a avaliação não se dá nem se dará num vazio conceitual, mas sim dimensionada por um modelo teórico de mundo e de educação, traduzido em prática pedagógica”.

Nessa abordagem, o aluno é percebido como ativo e dinâmico, participando da construção do seu próprio saber, ou seja, educar é treinar e aprender além de construir o seu próprio saber, em que a avaliação considera dimensões, e não é reduzido. para simplesmente atribuir notas.

A avaliação dos alunos é a ação educativa pragmática de um dos principais dilemas da educação. O dilema que se produz entre as expectativas da sociedade em relação ao sistema educativo que impõe a emissão de certificados e a seleção, e as expectativas dos próprios alunos, que desejam um ensino sensível as suas necessidades e aos ritmos de aprendizagem (MARCHESI; MARTIN, 2003, p. 30).

Sendo a instituição de ensino um espaço tão importante, é imprescindível que seja absolutamente democrática no que se refere ao acesso e permanência dos alunos, pois é neste espaço que eles podem compartilhar valores coletivos.

As repetições sucessivas e o elevado índice de evasão, factores negativos decorrentes das lacunas de aprendizagem, mostram-nos na prática que são o resultado de uma concepção inadequada do significado do conhecimento e da caracterização dos processos de avaliação.

A avaliação é um processo de coleta e análise de dados, tendo em vista verificar se os objetivos propostos foram atingidos, respeitando as características individuais e o ambiente em que o educando vive. A avaliação deve ser integral considerando o aluno como um ser total e integrado e não de forma fragmentada. O aluno aprende quando consegue ultrapassar conflitos. Para não ser autoritária e conservadora, a avaliação tem a tarefa de ser diagnóstica, ou seja, deverá ser o instrumento dialético do avanço, terá de ser o instrumento da identificação de novos rumos (LUCKESI, 2011, p. 39).

O ato de avaliar fornece dados, que permitem verificar diretamente o nível de aprendizagem dos alu-

nos, e também, indiretamente determinar a qualidade do processo de ensino. Ao avaliar o progresso de seus alunos na aprendizagem, o professor pode obter informações valiosas sobre seu próprio trabalho (OZÓRIO, 2002, p. 36).

A avaliação é apropriada apenas quando sua finalidade é o crescimento e o pleno desenvolvimento do aluno. Uma única avaliação não diz exatamente o que uma pessoa é ou o quanto ela sabe. Olhar para o todo é necessário para que um julgamento seja feito com justiça.

A avaliação diagnóstica legítima deve apresentar as seguintes características: deverá ser assumida como um instrumento de compreensão do estágio de aprendizagem em que se encontra o aluno, tendo em vista tomar decisões suficientes e satisfatórias para que possa avançar no seu processo de aprendizagem (LUCKESI, 2011, p. 81).

Avaliação significa uma ação provocativa do professor, desafiando o aluno a refletir sobre as situações vivenciadas, formular e reformular hipóteses, levando a um conhecimento enriquecido.

A avaliação tem por base acolher uma situação, para, então, ajuizar a sua qualidade, tendo em vista dar-lhe suporte de mudança, se necessário. A avaliação, como ato diagnóstico, tem por objetivo a inclusão e não a exclusão; a inclusão e não a seleção que obrigatoriamente conduz à exclusão (LUCKESI, 2011, p. 172).

“Qualquer modelo de avaliação não pode ser apenas conveniente ou ideal. Antes de tudo precisa estar assimilado e ser manipulado pelo professor em seu contexto real, considerando-se todas as limitações que este tenha” (HOFFMANN, 2011, p. 58).

Até hoje existe uma visão nostálgica de escolas exigentes, disciplinadas e rígidas, que, no entanto, não encontram respaldo na realidade. Essas escolas não eram competentes porque não conseguiam ensinar a todos que ingressavam nelas.

Grande parte das escolas apresenta um alto número de alunos matriculados nas séries iniciais do ensino fundamental, no entanto, esse número diminui, consideravelmente, quando o comparamos com o número de matriculados nas séries seguintes. A razão da queda de matrículas nas séries mais avançadas se dá principalmente, em consequência dos mecanismos de reprovação adotados pelas instituições de ensino (HOFFMAN, 2011, p. 44).

Escola democrática é aquela que contribui para que seus alunos tenham sua promoção como cidadãos, que percebam a educação como um direito de todos, uma instituição capaz de criticar quem atende as pessoas e reivindicar uma escola de qualidade.

Impossível viver democraticamente e ao mesmo tempo manter escolas de elite que contribuem para a desigualdade e a exclusão social.

O caminho para o desenvolvimento é uma educação igualitária, que acolha os filhos de uma geração em conflito e projete essa geração no futuro, consciente do seu papel numa possível transformação. Se essa criança desde logo for considerada como de um futuro impossível, não terá nem um tempo de provar o quanto poderemos contar com ela (HOFFMAN, 2011, p. 18).

As avaliações devem servir para diagnosticar a evolução do processo educativo, apontando avanços, acertos, erros e, a partir desses indicadores, começa a busca de soluções para que, finalmente, a escola cumpra seu dever para com a sociedade.
No entanto, as avaliações, vêm sendo utilizadas para aprovar ou reprovar estudantes em um sistema que separa o momento de aprender e o momento de avaliar. Sendo o segundo, por inúmeras vezes, gerador de pânico entre os alunos e prejudicando o resultado de muitas avaliações. A avaliação precisa deixar de ser a grande vilã das escolas brasileiras para pensada como uma grande janela pela qual se entra para alterar as ações e relações escolares (SAUL, 1994, p. 77)

A possibilidade de mudanças nas práticas avaliativas torna-se uma alternativa, para a separação entre trabalho e fracasso escolar, ainda tão presente nas escolas. As práticas escolares, muitas vezes, se distanciam totalmente da realidade vivida pelo aluno, criando um abismo entre a educação escolar e o mundo real. Esse distanciamento às vezes dificulta a assimilação de conteúdos que, efetivamente, não podem ajudar crianças e jovens a superar os desafios do cotidiano.

O processo de avaliação deve ser agradável, contribuir para o crescimento e inspirar confiança. Esses aspectos auxiliam no processo ensino-aprendizagem. Se avaliação é um processo, é necessário utilizar diversos instrumentos e inovar com outros métodos permite uma análise mais precisa.

Uma avaliação só é adequada quando tem por objetivo o crescimento e o desenvolvimento integral do aluno. A avaliação também dá ao educador a oportunidade de refletir sobre sua prática docente. Indica o quanto a metodologia adotada é adequada

de acordo com os resultados obtidos. Quando seus resultados são usados, eles servem para mostrar novos caminhos para o processo de ensino- aprendizagem.

Na educação, mais precisamente na avaliação temos que tratar alunos como coisas. Em consequência a nota, conceito, etc., são buscados a todo custo. Por conseguinte, quanto maior a objetividade mais o procedimento afastam-se das características humanas (OSÓRIO, 2002, p. 37).

Uma avaliação contínua é mais completa por acompanhar diariamente o desenvolvimento do raciocínio do aluno, partindo do princípio de que o conhecimento é construído a partir de um processo, cujas etapas podem ser acompanhadas pelo educador. Por meio da observação do educador sobre as atividades realizadas pelo educando o mesmo pode registrar comentários percebendo, ao longo do ano letivo, os avanços realizados pelo estudante. É possível, também, perceber que pontos precisam ser revistos.
Além disso, substituir conceitos por gravações com anotações permitiria aos pais compreender melhor o processo educacional de seus filhos, tornando-se mais consistentes com eles.

Quando as gravações são feitas com clareza, o aluno consegue entender o que há de errado com o que precisa ser melhorado e, acima de tudo, se sentir animado e feliz com os aspectos positivos destacados pelo educador.

Por fim, a mudança do sistema tradicional de registro de desempenho contribui para uma educação de qualidade, mais humana e genuinamente interessada na promoção da cidadania. É possível, a partir da reflexão sobre as práticas avaliativas, perceber quantas ações contribuem para a exclusão escolar de diversos jovens e crianças. Essas ações são cruéis devido à sua rigidez e desconexão do contexto dos alunos.

Deve ser abolida a prática de realização de exames em dias fixos, em vez da realização de tarefas menores, sem se preocupar em atribuir conceitos e analisar o desenvolvimento do aluno ao longo do processo. Trata-se de uma alternativa diferente da tradicional, posicionando-se como uma nova proposta de avaliação que visa garantir o sucesso de muitos jovens e crianças, tendo em conta o benefício que representa para o aluno.

A forma de realização da avaliação reflete a atitude do Docente na sua interação com a turma e na sua relação com o educando. Nessa perspectiva, acredita-se que a avaliação auxilia o educando na progressão de sua aprendizagem e o Docente aprimora sua prática pedagógica.

A avaliação, do ponto de vista crítico, não pode ser instrumento de exclusão dos alunos provenientes das classes trabalhadoras. Deve ser democrática, deve favorecer o desenvolvimento da capacidade do aluno de apropriar-se de conhecimento científicos, sociais e tecnológicos produzidos historicamente e deve ser resultante de um processo coletivo de avaliação diagnóstica (VEIGA, 1995, p. 32).

Para Gatti (2012 in: SME, 2015, p. 21) “quando se trata de avaliação que atinge pessoas em sua vida escolar, portanto, em sua vida social, há cuidados imprescindíveis a tomar”. Envolve questões de ética, ale de envolver conhecimento científico e técnico.

A avaliação deve ser abrangente e ver o aluno como um todo e ser integrada, em vez de fragmentada. “O processo de avaliação é essencialmente o processo de determinar até que ponto os objetivos educativos foram realmente alcançados, mediante os programas de currículo de ensino” (TYLER, 1950, p. 31 apud SOUZA, 2012, p. 12).

Uma boa avaliação mostra caminhos e indica se a melhor opção é continuar trabalhando ou mudá-lo completamente. “A avaliação deve ser usada sempre para melhorar, nunca para eliminar, selecionar ou segregar” (ALVAREZ MENDES, 2005, p. 27).

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Uma avaliação coerente deve ser contextualizada e, sobretudo, ajudar a desenvolver diferentes competências do aluno que dêem sentido à educação, pois esta tem diferentes conexões com a realidade e através de si proporciona ao aluno um amplo conhecimento das suas possibilidades de vida. Conhecimento, confiança e auto- estima. Isso se torna possível quando são usados métodos dinâmicos, lúdicos, atenciosos e analíticos.

Socialmente, a avaliação é defendida como garantia da qualidade do ensino, e essa postura é adotada pelos sistemas de produção taylorista e fordista, ou seja, o trabalhador é um performer passivo que exerce suas funções sem dúvida. Esse modelo vem sendo adotado pela sociedade e isso se reflete em atitudes no ambiente escolar que exigem do aluno uma postura executiva e passiva, sem questionar e apresentar bons conceitos em suas avaliações.

Porém, as necessidades atuais exigem novas atitudes, uma educação que seja capaz de ampliar horizontes, ensinando o aluno a conviver em grupo, a se comunicar, a refletir e a aprender sempre, nas diferentes circunstâncias, mudando situações de fracasso e desigualdade, ajudando crianças e jovens . para superar os desafios diários.

As funções da avaliação são potencialmente duas: o diagnóstico e a classificação. Da primeira, supõe-se que permita ao professor e ao aluno detectar os pontos fracos deste e extrair a consequências pertinentes sobre onde colocar posteriormente a ênfase no ensino e na aprendizagem. A segunda tem por efeito hierarquizar e classificar os alunos. A escola prega em parte a avaliação com base na primeira função, mas a emprega fundamentalmente para a segunda (ENGUITA, 1995, p. 23).
Entender o erro como etapa do processo de aprendizagem é uma etapa importante para o ensino eficaz, pois é o ponto de partida para a ação educativa. Você não pode julgar um aluno pela capacidade de memorizar ou reproduzir conteúdo, mas sim pela capacidade de encontrar soluções para o seu próprio problema.

A avaliação oferece ao educador a oportunidade de refletir sobre sua prática docente e de indicar em que medida a metodologia utilizada é adequada a partir dos resultados obtidos. Quando seus resultados são usados, eles servem para identificar novos caminhos para o processo de ensino-aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A avaliação coerente precisa ser contextualizada e, o mais importante, ajudar a desenvolver diversas habilidades do aluno que dão sentido à educação, pois ela tem múltiplas conexões com a realidade e através do ego dá ao aluno um amplo conhecimento de suas possibilidades de vida. Conhecimento, confiança e auto-estima. Isso se torna possível quando métodos dinâmicos, lúdicos, reflexivos e analíticos são usados.

Concluem que a avaliação como punição para o aluno é errada e não deve ser esse motivo ou prática. A avaliação, que pode realmente contribuir para a socialização, permite ao educador utilizar os resultados obtidos para rever o processo de construção do conhecimento e a adequação dos métodos que utilizou e, a partir desses resultados, decidir sobre a continuidade do processo. Trabalho total, parcial ou total na mudança do método de ensino.

É impossível, ao refletir sobre as práticas avaliadas, perceber quantas ações contribuem para a exclusão de mais jovens e crianças das escolas. Essas ações são cruéis devido à rigidez e desconexão do contexto dos alunos.

Abolir a prática de realizar avaliações em determinados dias e sem se preocupar em atribuir conceitos, realizando tarefas menores e em andamento, é uma alternativa que surge como uma nova proposta de avaliação. No entanto, para fazer uma avaliação coerente, que leve em consideração a realidade do aluno, é preciso pensá-la a partir do projeto político pedagógico de cada unidade escolar.

REFERÊNCIAS

ENGUITA, M. Avaliação e aprendizagem. Artigo da Publicação Raízes e Asas nº. 8. São Paulo: CENPEC, 1995, p. 23

HOFFMANN, J. Avaliação mediadora: uma prática em construção: da pré- escola à universidade. 31. ed. Porto Alegre: Mediação, 2011.

HOFFMANN, J. Avaliação mito e desafio: uma perspectiva construtivista. 41. ed. Porto Alegre: Mediação, 2011.

LUCKESI, C. A avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições
22. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MARCHESI, A. & MARTÍN, E. Qualidade de ensino em tempos de mudança. Porto Alegre: Artmed, 2003.

MENDEZ, J. M. A. Avaliar para conhecer, examinar para excluir. Revista Pátio Ano IX n. 34 – Maio/Julho 2005, p. 27.

OSÓRIO, D. Avaliação do rendimento escolar: como ferramenta de exclusão social. In: BELLO, J. L. P. Pedagogia em Foco. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/aval01.htm. Acesso em: 09/out./2016.

SÃO PAULO. SME – Diretoria de orientação técnica. Programa mais educação: subsídios 4: Avaliação para aprendizagem: externa e com larga escala. São Paulo: SME/DOT, 2015.

SAUL, A. M. Avaliação emancipatória: uma abordagem crítico- transformadora. Tecnologia Educacional. Rio de Janeiro, v. 21, n. 104, p.24-31, jan. /fev. 1994.

TAYLER, R. W. Basic principies of curriculum and instruction. Chicago: the universityof Chicago, 1949. In: SOUZA, P. S. F. Avaliação da aprendizagem: discutindo o processo avaliativo na escola. UEPB, 2012. Disponível em: http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/1371/1/PDF%20%20Pricila%20da%20Silva%20Florencio%20de%20Souza.pdf. Acesso em: 13/nov./2016.